



IPSPM  
Processo N° 004, 18  
Fis N° 010  
MIRIM-MA

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PINDARÉ MIRIM-MA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 004/2018

**ASSUNTO:** Prestação de Serviços Gráficos, para o Instituto de Previdência Social do Município de Pindaré Mirim-MA.

**INTERESSADO:** Instituto de Previdência Social do Município de Pindaré Mirim-MA

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, Inciso II, da Lei Federal N° 8.666/93 e suas posteriores alterações.

**PARECER N° 004/ 2018**

O processo ora instalado trata da solicitação do Secretário deste Instituto de Previdência Social, que expõe sobre a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de Serviços Gráficos, para o Instituto de Previdência Social do Município de Pindaré Mirim-MA.

Verifica-se que foram realizadas pesquisas de preços de mercados, onde a empresa M A OLIVEIRA VELOSO (GRÁFICA MIGRACOM), CNPJ N° 01.837.125/0001-33, ofertou o menor preço com valor de acordo com os praticados no mercado, correspondente a R\$7.455,00 (sete mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

Destaque-se que consta informado no Processo, a disponibilidade de Dotação Orçamentária e Financeira, para a realização da despesa solicitada.

A Dispensa de Licitação aqui tratada, encontra-se fundamentada na impossibilidade de realizar licitação, uma vez que trata de licitação dispensável, tendo em vista o valor proposto encontrar-se abaixo do limite máximo permitido no estatuto licitatório, precisamente no inciso II, do Art. 24 da Lei Federal n° 8.666/93 e suas posteriores alterações, senão vejamos:

***“Art. 24. É dispensável a licitação:***



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PINDARÉ MIRIM-MA**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"

Com referência a documentação do futuro contratado deverá ser demonstrada através do seguintes documentos:

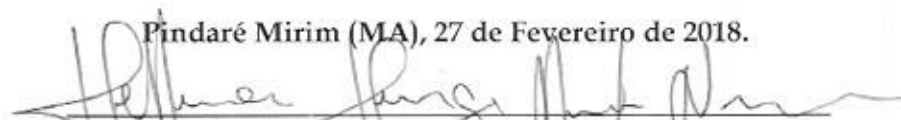
- CNPJ;
- Contrato Social;
- Regularidade com a Fazenda Federal;
- Regularidade com a Fazenda Estadual;
- Regularidade com a Fazenda Municipal;

Vale registrar, que no procedimento de dispensa de licitação no valor acima citado, não se faz necessário a exigência do Contrato, como condição para uma futura contratação, podendo ser substituído por outro instrumento hábil, que no caso em tela deverá ser a "Nota de Empenho", conforme estabelece o dispositivo legal no Caput do Art. 62, da Lei n° 8.666/93 e suas posteriores alterações:

*"Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta - contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. "*

Diante de todo exposto e da evidente necessidade de aquisição dos serviços solicitados, através da empresa M A OLIVEIRA VELOSO (GRÁFICA MIGRACOM), CNPJ N° 01.837.125/0001-33, justifica-se a presente dispensa de licitação, tendo em vista a satisfação do interesse da administração e a incompatibilidade de realização de procedimento licitatório, face ao valor e as circunstâncias legais, determinadas no dispositivo supra mencionado, submetendo-se o presente Parecer.

Pindaré Mirim (MA), 27 de Fevereiro de 2018.

  
HELLENON HENRIQUE MENDES NUNES  
Presidente da CPL